



"AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA" – O DIREITO À CIDADE E A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

"HERE IN CAMBIRELA, MARIGHELLA RESISTS" – THE RIGHT TO THE CITY AND OCCUPATION CARLOS MARIGHELLS

Larissa Miranda Domingos¹

RESUMO

Para discutir o tema do direito à cidade, iremos trazer teóricos contemporâneos do eixo temático. Este trabalho tem como objetivo categorizar três fases da Ocupação Carlos Marighella. Onde conflitos e resistências se dão dentro de acontecimentos, como a ocupação de um terreno abandonado no município de Palhoça e o despejo ocorrido por uma decisão contraditória. A relação com a prefeitura da cidade, o despejo considerado ilegal e a remoção das famílias deste terreno para serem alocados em um ginásio de esportes, em outro bairro, presume uma comoção dos moradores em estarem situados em um local no qual era pouco acolhedor. Diante disso, as assembleias acontecem para que seja decidido os rumos das famílias e então, nasce uma nova Ocupação, em outro bairro do mesmo município e até o momento, as famílias situam-se. Para amenizar os conflitos midiáticos e até mesmo poder dar uma voz para as famílias, através das redes sociais, são realizadas postagens com relatos dos moradores e eventos junto com a comunidade universitária para promover a luta por moradia e debater diversas características do movimento pelo Direito à Cidade. Por fim, a discussão teórica perpassa outras problemáticas como o Programa Minha Casa, Minha Vida, onde ocorreu a primeira fase da Ocupação e quais as consequências apontadas por coordenadores da mesma, assim como um estudo aprofundado do programa e suas aplicações no município.

Palavras-chave: Lutas sociais; moradia; movimentos sociais; sociologia urbana.

ABSTRACT

To discuss the topic of the right to the city, we will bring together contemporary theorists from the thematic axis. This work aims to categorize three phases of the Carlos Marighella Occupation. Where conflicts and resistance occur within events, such as the occupation of an abandoned land in the municipality of Palhoça and the

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: larissamirandaufsc@gmail.com.



eviction that occurred due to a contradictory decision. The relationship with the city council, the eviction considered illegal and the removal of families from this land to be allocated to a sports gym in another neighborhood, presumes the residents' commotion at being located in a place that was unwelcoming. Therefore, assemblies take place to decide the direction of the families and then, a new Occupation is born, in another neighborhood of the same municipality and until now, the families are located. To alleviate media conflicts and even be able to give families a voice, through social networks, posts are made with reports from residents and events together with the university community to promote the fight for housing and debate various characteristics of the movement for the Right to City. Finally, the theoretical discussion covers other issues such as the Minha Casa, Minha Vida Program, where the first phase of the Occupation took place and the consequences pointed out by its coordinators, as well as an in-depth study of the program and its applications in the municipality.

Keywords: Social struggles; home; social movements; urban sociology.

1 INTRODUÇÃO

1.1 *Objetivo geral e objetivos específicos*

Para o objetivo geral deste trabalho, estudaremos o caso da Ocupação Carlos Marighella. Este estudo compreende o período desde maio de 2022, quando é criada a Ocupação Carlos Marighella, tendo como força motriz o comitê de luta por moradia, pertencente à corrente sindical Unidade Classista, vinculada politicamente ao Partido Comunista Brasileiro, até o primeiro semestre de 2023. A Ocupação promoveu a junção de quase 100 famílias. As famílias ocuparam um terreno abandonado localizado no bairro Guarda do Cubatão, no município de Palhoça.

Para os objetivos específicos deste trabalho, iremos caracterizar as diferentes ações desenvolvidas em cada uma das fases da Ocupação e analisá-las a nível de engajamento político. Essas atividades se tornam essenciais para entender o processo de construção de uma ocupação urbana. Vamos analisar essas atividades, desde a primeira fase até o renascimento, ou terceira fase, após a discussão bibliográfica do assunto, e por fim, vamos mobilizar com alguns moradores que narram suas experiências na Ocupação, desde a primeira fase.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

1.2 Metodologia e justificativas

Os métodos utilizados neste trabalho são a observação direta, a análise documental e a análise de publicações nas redes sociais. Ao categorizar, no segundo capítulo, as fases da Ocupação Carlos Marighella, iremos a campo, registrar fotograficamente e dialogar com as publicações realizadas nas redes sociais do próprio movimento, publicada pelos coordenadores e moradores. Ao passar por três fases da Ocupação, iremos caracterizar o repertório de ações coletivas de cada uma das fases da Ocupação, através de fotografias registradas ao fazer visitas a campo e também ao descrever registros e publicações feitas pelos próprios moradores e ocupantes em redes sociais.

Para fins da justificativa deste trabalho, ele está inserido na discussão da literatura sobre o direito à moradia.

1.3 Problemática de pesquisa

A problemática da pesquisa consiste em descrever os repertórios de ação (BRINGEL et. TEIXEIRA, 2015, p. 43) onde serão expressos as diversas atividades envolvidas da Ocupação de forma articulada com a sociedade civil e acadêmica, no sentido de promover o apoio ao movimento. Assim como, a partir da análise bibliográfica do tema, as condições de trabalho dos moradores é uma questão a ser abordada através de entrevistas, onde são reafirmadas as posições de que durante a primeira e segunda fase da Ocupação, a relação da mesma com a Prefeitura de Palhoça, gerou certo desconforto nos moradores, onde se viram abandonados pelo órgão público. Para além disto, é primordial entender que para analisar o movimento social, existam estudos como os de Maria Glória Gohn presentes no livro “Participação e Democracia no Brasil” (2019). Neste livro, nos dois primeiros capítulos, os estudos sobre as fases dos movimentos sociais e suas abordagens, serão resumidas no trabalho. Por fim, as atividades que são desenvolvidas pelos movimentos sociais, temos os estudo “Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas” organizado pelas autoras Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn



Lüchmann (2015). No livro, os repertórios de ação destes movimentos e seu engajamento relacionam-se com as atividades desempenhadas na Ocupação.

2 A QUESTÃO DA MORADIA E AS REVOLUÇÕES URBANAS

O tema da luta por moradia e direito à cidade, tem seu prelúdio na escrita da obra *Sobre a Questão da Moradia*, de Friedrich Engels, em 1872, em sua primeira publicação. Nesta obra, é abordado como o desenvolvimento do capital imobiliário gera desigualdades no acesso à moradia pela classe trabalhadora. O crescimento do sistema capitalista globalizado gera uma margem de pessoas que quitam seus aluguéis mas que não possuem o acesso de fato à moradia e à cidade. A ideia central deste trabalho, não é apenas retomar essas discussões, de forma anacrônica, pois não é possível comparar períodos históricos, mas visitá-los a nível de compreensão geral sobre o tema.

Ao ampliar a discussão sobre direito e acesso à cidade, David Harvey (2008) conceitua sobre os grupos que desafiam a hegemonia capitalista. O autor dialoga com diversas questões até mesmo filosóficas referente aos costumes e normas sociais. A urbanização se transforma em uma vertente do capitalismo, tendo como objetivo único obter mais-valia, acumulando capital através da força de trabalho empenhada pela classe trabalhadora. O artigo intitulado "O direito à cidade" dialoga com a transformação dos meios de produção ao longo da história e do desenvolvimento do capitalismo, transformando suas ferramentas de trabalho, de tal forma, inovando e criando outras formas de organizações dos meios de produção.

Francisco Canella é Sociólogo com Doutorado pela USP e atualmente é professor da UDESC. Em 2016, escreveu o artigo "O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)". Neste artigo, o autor apresenta algumas Ocupações que ocorreram nas cidades da região da Grande Florianópolis, consistindo São José, Biguaçu e Palhoça. As ocupações passam a tomar parte da história nacional, agindo como uma ação política ou social, dialogando com o Estado, embora muitas vezes, possa ser conflituosa tal relação, a organização coletiva e "capacidade de mobilização" dentro dessa relação na qual a partir dessa



experiência, pode colher os frutos da luta e disputar os recursos em prol do acesso à cidade.

2.1 Democracia e engajamento político dos movimentos sociais

Maria da Glória Gohn (2019) narra as diversas fases das lutas populares travadas no Brasil da década de 1960 a 2013, onde a participação dos movimentos sociais e da participação popular impulsiona as decisões legislativas, assim como cria um repertório histórico de personagens e militantes brasileiros. Os movimentos sociais foram protagonistas das lutas travadas nas décadas de 1970-1980 em diante. Neste momento, a partir do primeiro e segundo ciclos de lutas populares, a reconstrução do estado democrático de direito são as abordagens para a análise dos movimentos sociais que se formaram a partir da reivindicação e da luta por democracia no Brasil.

Para entender a participação política dos movimentos sociais e seus repertórios de ação, o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizou diversos trabalhos, sendo um deles, o livro “Movimentos Sociais e Engajamento Político” (2015) organizado por Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lückman. Neste caso, a questão urbana e a luta pela moradia são categorizadas como “movimentos populares” onde cada especificidade é considerada. O que podemos entender a partir desta síntese, é a extração de uma certa forma de analisar os movimentos sociais, caracterizando seus repertórios de ação, associando com o engajamento político e a participação política de fato, evidenciando suas reivindicações e pautas.

2.2 As políticas de moradia no Estado de Santa Catarina

Os artigos de Eduardo Leite de Souza e Maria Inês Sugai de 2018, intitulado “Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis”, que discutem as políticas do Programa Minha Casa, Minha Vida, entre 2014 a 2016, quando o Programa foi

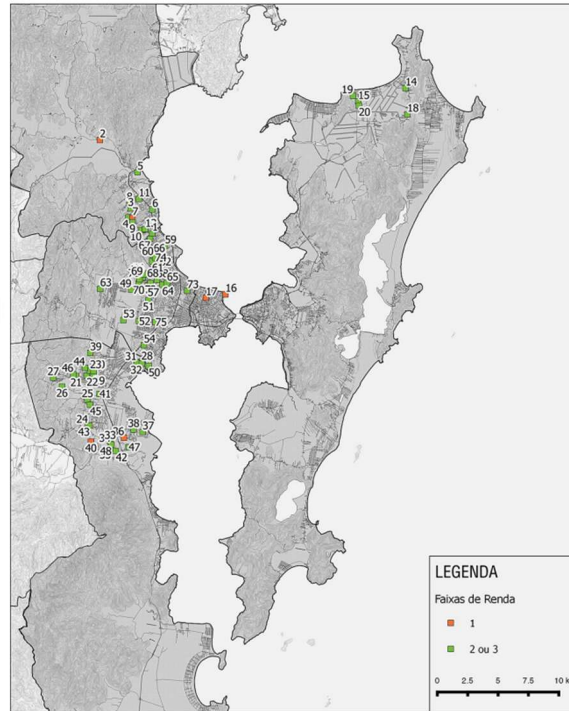


interrompido. As questões pertinentes no artigo, são quais as condições socioeconômica do público-alvo do programa, assim como a questão do transporte público, pois as construções se dão em áreas conurbadas ou bairros distantes dos centros comerciais. Sendo assim, a dificuldade de integração entre a região central de Florianópolis e o Continente, tendo as cidades de Palhoça, São José e Biguaçu presentes na pesquisa.

Diante desse diálogo, podemos investigar algumas questões sobre a cidade, em ser especificamente pensada para acesso de transportes privados e do consumo destes, dificultando as linhas públicas de transporte, em questão de tempo de locomoção, além de encarecer o valor de integração entre os bairros e municípios principais de produção comercial da cidade e região. O trabalhador sente-se na pressão de adquirir um veículo próprio (SOUZA et. SUGAI, p. 84), se depender das linhas de ônibus que passam em locais mais isolados dos bairros, dificulta a pontualidade e até mesmo impossibilita de locomover-se até o local de trabalho. No texto, a partir dos gráficos, os autores trazem a relação do número de população dessas cidades e o número de domicílios conurbados, sendo díspares entre eles. E o planejamento urbano obtendo o investimento para lazer e entretenimento em locais mais isolados como o Norte da Ilha, que seriam construídos para turismo e lazer; já o Centro da cidade, seria onde as atividades comerciais seriam mais exercidas.

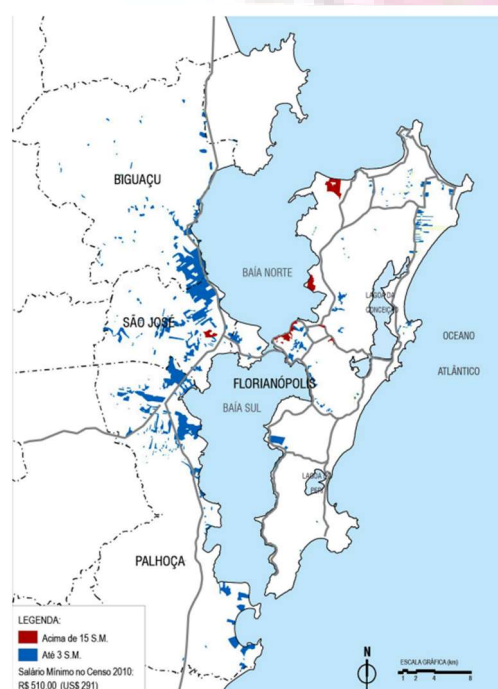
O Programa Minha Casa Minha Vida foi anunciado no ano de 2009, com o objetivo de atender à demanda habitacional de baixa renda, fazendo com que o mercado incorporasse setores que nunca tiveram oportunidade de adquirir imóveis pelo mercado formal. Em meio à crise, foi uma das principais estratégias do governo federal para impulsionar a economia brasileira, através de todos os serviços e atividades que a construção civil movimentava, e enfrentar os efeitos da crise econômica global. Os principais atores do PMCMV são a Caixa Econômica Federal, as prefeituras e o setor da construção civil. O montante de recursos alocados para o programa, para atender às famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos, constituiu-se de fato inédito na história do País, que vinha de um período de 20 anos com exíguos investimentos federais no setor habitacional, após o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH). Os subsídios oferecidos são divididos entre 3 faixas de renda, segundo a renda familiar. A faixa 1 inclui as famílias de renda mais baixa, com total de até 3 salários mínimos. A faixa 2 inclui renda familiar entre 3 e 6, enquanto a faixa 3, renda entre 6 e 10 salários mínimos. Cabe salientar que é justamente na faixa de renda 1 que se localiza a maior parte do déficit habitacional. (SOUZA; SUGAI, 2018, P. 88) (grifo do autor)

Figura 1 – Mapa dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida



Fonte: SOUZA; SUGAI, 2018, P. 90

Figura 2 – Distribuição dos extremos de renda



Fonte: Souza; Sugai, 2018, p. 80

A partir deste gráfico, de produção dos autores, vemos a distribuição de renda entre os extremos nos municípios citados, no qual, em seguida, veremos onde serão as construções do PMCMV, pois evidencia a tentativa de periferização do Programa e de isolamento da classe trabalhadora em habitações distantes dos seus locais de trabalho.

A distribuição demográfica na região metropolitana de Florianópolis, aliada à concentração de serviços e empregos na capital, em especial na área central, e à configuração física do sistema viário, acarreta penosos deslocamentos pendulares intermunicipais diários, principalmente entre ilha e continente. Isso representa o maior desafio à mobilidade da região. Apenas uma conexão na parte mais estreita das baías, com duas pontes de quatro faixas cada, configura a conexão entre as partes continental e insular da região metropolitana, com congestionamentos diários extremamente longos. (SOUZA; SUGAI, 2018, P. 82)

3 A OCUPAÇÃO MARIGHELLA

3.1 Primeira fase da Ocupação

A Ocupação Carlos Marighella é um movimento político de luta por moradia que surgiu em meados de maio de 2022, quando trabalhadores de diversos setores se organizam através de uma luta em comum, sendo alguns deles militantes partidários. Nisso, a organização política que inaugura uma ação direta de reivindicar a moradia popular através de uma ocupação, é dada de forma em que moradores de um bairro se juntam em prol de uma pauta política.

Em uma página criada no Instagram da Ocupação, foi publicado um manifesto para visibilizar a criação da Ocupação, onde o movimento reivindica o acesso à moradia popular no bairro em questão. A partir disso, foram realizadas diversas campanhas para a arrecadação de alimentos e de doações aos moradores e ocupantes, ainda no bairro Guarda do Cubatão, na cidade de Palhoça, cerca de 100 famílias inicialmente participaram, segundo os coordenadores da Ocupação. Em menos de 3 dias, a ocupação foi ameaçada de despejo por moradores e vizinhos dos

arredores; segundo os moradores, os prédios “abandonados” iam ser reformados e vendidos, como os que moravam.

O Projeto Marighella, organizado pelo Movimento pela Universidade Popular (MUP) de Santa Catarina, realizou Caravanas composta por estudantes de graduação de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), interessados em conhecer as atividades da Ocupação, assim como em fornecer ajuda na limpeza e na organização do espaço. Este apoio se torna primordial, pois o vínculo destes trabalhadores com os alunos da comunidade acadêmica viabiliza projetos de pesquisa e extensão, assim como se torna tema de trabalhos e outras atividades.

Figura 3 – Ocupação na Guarda do Cubatão



Fonte: acervo pessoal

Figura 4 e 5 – Bandeira da Unidade Classista sobre prédio ocupado e Organização da despensa de alimentos



Fonte: acervo pessoal

3.2 Segunda fase da Ocupação (Ginásio não é moradia)

Em meados de junho de 2022, a Ocupação sofre um despejo ilegal, pois ainda vigorava a lei de Lei nº 14.216/2021 (Lei do Despejo Zero), que havia sido aprovada no Supremo Tribunal Federal. No dia 14 de junho de 2022, a Ocupação acordou durante a madrugada com diversos membros da força armada da cidade de Palhoça, como Cavalaria, Tropa de Choque e Policiais Militares, com gritos de ordens para deixarem e desocuparem os prédios. Moradores relatam que os seus móveis foram jogados dos andares mais altos, conforme foi publicado nas redes sociais da Ocupação na data do ocorrido e nos dias posteriores. Na mesma data, os moradores foram direcionados a um ginásio de esportes no bairro Caminho Novo, cuja função social foi questionada pelos mesmos, pois não seria um ambiente adequado para moradia, pois já cumpria sua função social, de esporte e lazer para a comunidade do bairro.

Para arrecadar doações e atrair apoiadores, a organização da Ocupação Carlos Marighella promove um Festival Cultural e convida diversos artistas da cena do Hip-Hop em Florianópolis, assim como o Slam Cruz e Souza, conhecido por declamar poemas falados, para exaltar a cultura afro-brasileira e os artistas independentes. Na data do evento, no dia 19 de junho de 2022, uma quarta-feira, foi realizada uma assembleia geral com os moradores, onde foram tratadas diversas questões como planejamento mensal das atividades dos moradores, divisão social do trabalho e questões de segurança. A assembleia foi interrompida pelo secretário de assistência social da Prefeitura de Palhoça, que anunciou a proibição do evento. Os organizadores tentaram dialogar com o secretário em vão, e policiais militares acabaram cercando o ginásio. Mídias alternativas de jornalismo entrevistaram moradores, que se sentiram ameaçados e coagidos com a presença da força policial no local.

Figura 6 e 7 – Ginásio de Esportes e Organização no ginásio



Fonte: acervo pessoal

3.3 Terceira fase da Ocupação (Renascimento)

Durante a assembleia realizada na data do evento do Festival Cultural, foi decidido os próximos rumos da Ocupação. Segundo os coordenadores e presentes nesta assembleia, havia um novo terreno à vista. Neste caso, a Ocupação Carlos Marighella renasceu em julho de 2022, no bairro Aririu da Formiga. Cerca de 80 famílias ocuparam um terreno que estava há 8 anos abandonado. Esta foi realizada através do mesmo princípio de função social do terreno, localizada então no Aririu da Formiga, no município de Palhoça.

Contextualizando novas lutas, a ocupação segue desde o momento neste novo local, onde são realizados eventos de parceria com apoiadores, militantes partidários, acadêmicos, comunidades e outras ocupações da região, com os moradores, criando uma rede de solidariedade. Os eventos promovem o acesso da comunidade à ocupação: são organizadas feijoadas, eventos culturais, dia das crianças, um momento de lazer e de apoio financeiro para as despesas dos moradores. São feitas campanhas de arrecadações de doações de produtos de higiene e cestas básicas, assim como arrecadações de doações de materiais escolares para a construção da Escola Popular da Ocupação, onde gira em torno deste apoio integral aos moradores fornecidos pelos militantes e apoiadores organizados nas dissidências do partido e fora do mesmo.

Figura 8 – Aririu da Formiga





Fonte: acervo pessoal

3.4 Perspectiva dos moradores

Autora: Quanto às condições no ginásio? A questão da privacidade, da organização entre os móveis de uma família para os de outra, como ficou? E como você se sentiu assim, nesse processo? Quanto às visitas do secretário e da secretária, da assistência social? Qual foi a abordagem deles? E como vocês respondiam a isso?

Inês: quando chegamos, no primeiro dia de manhã, eles (os secretários) estavam nos aguardando, colocaram alguns colchões, que não dava nem para metade do pessoal que tínhamos na época, então eles fizeram uma ficha oferecendo para nós o aluguel social. E sempre deixamos bem claro, que não queríamos o aluguel social, queríamos moradia popular, estávamos atrás de moradia, que a nossa luta, ela seria para encaixe no programa Minha Casa, Minha Vida, e essa luta que fazemos, precisamos de uma moradia adequada, e elas (secretárias) insistiam, inclusive, para assinarmos o papel aceitando o aluguel social. Até onde eu sei, ninguém aceitou. E foi bem constrangedor, a parte em que ficamos, se não me falha a memória, 21 dias no ginásio, foi bem chato, como foi mencionado, era a cama de uma família aqui, a cama do outro ali, a gente se via toda noite, escutava o pessoal roncando, era uma situação bem chata. Eles prometeram que ia ter chuveiro pra gente dar banho nas crianças, pra gente também tomar banho. No final, no nosso banheiro feminino, não tinha chuveiro, nenhum funcionava, tomávamos banho no banheiro masculino, que também era bem constrangedor, tinha que manter a porta trancada, tinha que esperar às vezes, tinha gente lá tomando banho, tinha que esperar aquela pessoa sair, às vezes, os meninos também estavam usando o banheiro. Tínhamos que esperar os meninos sair, inclusive, eles (secretários) levaram marmita também, para nós, no primeiro dia, foi tranquilo, já no segundo dia, veio marmita com barata, que foi bem triste, eu achei um absurdo, dava para ver com aquela barata havia sido colocada de propósito, ela não caiu dentro da comida. Ela estava bem em cima, assim, dava para ver que tinha sido colocada mesmo. Porque eles não gostavam da gente, né? Quando a gente fez o Festival Cultural, que era para ter acontecido na Guarda do Cubatão, como a gente foi despejado para o ginásio, demos a sequência desse ato, e nesse dia, tivemos a presença, também, de muita polícia. Eles acharam que íamos fazer um evento aberto ao público, para ganhar dinheiro, e sendo que era algo assim, só para incentivar. Inclusive para a criançada, para os moradores também, para arrecadar doações. E foi eles ficaram ali com a gente, acho que era umas 8 horas, quando eles chegaram, até umas 5 horas da tarde, então eu acho bem desnecessário. Achei bem desnecessário. Eles estavam praticamente perdendo o tempo deles, com a gente. (Inês, entrevista concedida à autora, 2023)

4 CONCLUSÃO

As perspectivas trazidas sobre as questões de luta por moradia, assim como acesso e direito à cidade, são discutidas para além das bibliografias, para que possamos, a partir de exemplos de estudos realizados sobre o tema. A Ocupação



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

Carlos Marighella cedia um renascimento da organização da classe trabalhadora em busca de um objetivo comum, um direito garantido constitucionalmente, denunciam esta precarização das políticas públicas, mais ainda, traz à luz a questão do capitalismo selvagem e da falta de discussão entre os órgãos públicos para discutir uma solução ao problema.

Nas entrevistas, as moradoras conversam sobre essa noção de coletividade, onde todo trabalho é feito por todos, dividido por suas tarefas, na cozinha coletiva, na horta coletiva, nas construções e reformas. Mais uma vez, a necessidade de ocupar se mostra uma essencialidade quando o assunto é políticas de moradia e seu real acesso da população periférica. Onde alguns trabalhadores, mesmo em condições precarizadas, não acessam de fato tal política pública e ao se organizarem, através da Ocupação, mesmo sendo despejados e desencontrados, continuam em outros lugares, com um sonho em comum, de morar dignamente.

REFERÊNCIAS

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)**. In: Revista de Ciências HUMANAS, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p268>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DOMINGOS, Larissa M. **“AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA” - O Direito à Cidade e a Ocupação Carlos Marighella**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252886>. Último acesso: 17 abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2019.

HARVEY, David. (Trad. Jair Pinheiro) **O direito à cidade**. In: Lutas Sociais. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. LUCHMANN, Lúgia Helena Hahn. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. Cadernos MetrÓpole., [S.l.], v. 20, n. 41, p. 75-98, abr. 2018. ISSN 2236-9996. Acesso em: 19 out. 2022.

TJSC, Agravo de Instrumento n. 5058595-29.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 26-04-2022.